

# FOLHA

DO PARTIDO

socialista

BRASILEIRO

PREÇO: Cr\$ 100

N. 121 — MAIO — 1965

## UNIDADE DE AÇÃO CONTRA A CRISE



A DESCONFIANÇA POPULAR DE QUE ESTA CRISE NÃO TEM SOLUÇÃO É PATENTE. A ALTERNATIVA SE ACENTUA: OU CAPITALISMO OU SOCIALISMO

FOME É

A SOLUÇÃO

CAPITALISTA

PARA A CRISE

ECONÔMICA

Leia na pág. 6

### LEI DA SELVA

O Sr. Camal Schaim, presidente do Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro em S. Paulo, manifestando-se sobre os acontecimentos que envolvem a República Dominicana, condenou a intervenção dos E.E.U.U., declarando:

"A intervenção norte-americana em S. Domingos é ato de violência que não encontra amparo em nenhuma das leis do Direito Internacional. O pretexto de que se fez uma intervenção para proteger os nacionais dos E.E. UU. só encontra apoio na "lei da selva".

Neste episódio foram violados os princípios de não intervenção e autodeterminação-básicos para definir qualquer conceito de independência e soberania".

"O mais lamentável — prossegue o procer socialista — é que o governo brasileiro passando por cima das aspirações de soberania de 80 milhões de brasileiros, que defenderam uma política externa independente tenha se comprometido com esta guerra de conquista, anunciando a disposição de enviar tropas brasileiras para aquela região do Caribe, depois de ter apoiado o ato pirataria praticado pelos 11.000 fuzileiros norte-americanos.

"A atitude dos E.E.U.U., repugna à consciência democrática do mundo e a sujeição do governo brasileiro aos interesses imperialistas do governo dos Estados Unidos da América do Norte, provoca indignação geral da Nação Brasileira.

"O Congresso Nacional — Câmara e Senado — está na obrigação de dizer NÃO ao pedido de envio de tropas. As tradições de independência e soberania da diplomacia brasileira não podem ser renegadas com a adesão a um ato de violência. As Forças Armadas do Brasil não poderão de forma alguma, coonestar uma guerra de conquista.

"Os socialistas, coerentes com os princípios de auto-determinação e não intervenção, inscritos em seu programa, reafirmam sua disposição de condenarem todos os atos de agressão, partam de onde partirem, e de lutarem pela solução pacífica dos conflitos internacionais.

"A única solução para esta crise — concluiu o Sr. Camal Schaim —, é a retirada das tropas americanas e o respeito à soberania do povo dominicano.

# REUNIÃO DO DIRETÓRIO REGIONAL EM SÃO CAETANO DO SUL

Iniciando a série de reuniões em cidades do interior, o Diretório Regional do PSB esteve reunido na Câmara Municipal de S. Caetano do Sul no dia 24 último, para proceder à análise dos resultados eleitorais, debater problemas de organização e proselitismo e estabelecer as diretrizes para a convocação do Congresso Socialista.

O companheiro Camal Schahim, presidente da Comissão Executiva Regional, relatando o item relativo à análise dos resultados eleitorais, deu ênfase à política traçada pelo partido nas últimas eleições, destacando que o povo optou por duas alternativas, uma das quais a socialista, concluiu propondo a concentração de esforços para a luta pela sobrevivência partidária, que será atingida através de um constante trabalho de formação de quadros e organização partidária.

Relatando os problemas de organização e proselitismo o companheiro V. Moraes Jr. depois de fazer um rápido histórico do trabalho de reconstrução partidária, salientou que o trabalho de proselitismo terá na "FOLHA SOCIALISTA", importante papel de divulgação e unificação das posições partidárias e dirigiu veementemente apelo a todos os companheiros —

da Capital e do interior — no sentido de reestruturar os diretórios e anunciar a realização de reuniões promovidas pela secretaria de organização nas regiões de Ribeirão Preto e do Vale do Paraíba.

## CONGRESSO SOCIALISTA

O item Congresso Socialista foi relatado pelo companheiro Flávio Cesar Junqueira, que assinalou a importância da realização da iniciativa que poderá ser um marco na vida política do país e poderá reunir o partidários do socialismo num Congresso em que poderão definir as linhas mestras das soluções socialistas para a crise conjuntural e estrutural do país.

Após fim dos trabalhos foi prestada uma homenagem aos candidatos socialistas nas últimas eleições municipais, tendo o companheiro deputado Raul Schwinden feito a saudação em nome da direção partidária. Falaram agradecendo a homenagem os companheiros Joaquim Formiga, Davi Lerer e João Bernardino dos Santos.

## EXECUTIVA NACIONAL

A Comissão Executiva Nacional

também esteve reunida neste mesmo dia, tendo adotado providências com vistas às eleições marcadas nos 11 estados. A CEN examinou, nesta reunião os projetos de Reforma Política para encaminhar as sugestões aos parlamentares federais do Partido.

## 1.º DE MAIO DOS TRABALHADORES

O Partido Socialista Brasileiro promoveu no dia 1.º de Maio ato comemorativo ao "DIA DOS TRABALHADORES", no salão das Classes Laboriosas, que se constituiu na mais autêntica e concorrida das manifestações realizadas nesses dias.

Após o ato, presidido pelo companheiro Camal Schahim, presidente do Diretório Regional, compareceram, além dos companheiros dirigentes partidários, representantes de entidades estudantis, sindicais e populares, tendo o oradores denunciado a política anti-operária do governo federal, seu entreguismo, debatendo os problemas da carestia, desemprego, parcelamento do 13.º salário, a suspensão das intervenções nos sindicatos e a reintegração de todos os cidadãos na plenitude de seus direitos políticos.

## REFORMA DO ARTIGO 20

contribuindo, pelos seus cidadãos, mas, dessa contribuição apenas uma pequena parte lhe é devolvida em melhoramentos públicos.

Não há dúvida quanto à sabedoria de uma política que pretenda redistribuir a renda pública de modo a aplicá-la naquelas áreas onde as necessidades sejam maiores, os problemas mais prementes ou mesmo em lugares onde seja maior a rentabilidade do investimento.

Contudo, é de ver que há um limite de justiça, nessa redistribuição. A Constituição Federal de 1946 esteve alerta quanto a tal limite, daí o mandamento contido no seu artigo 20, segundo o qual "quando a arrecadação estadual de impostos, salvo a do imposto de exportação, exceder, em Município que não seja o da capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o Estado dar-lhe-á anualmente trinta por cento do excesso arrecadado".

Assim mesmo, como fica claro depois da leitura de tal dispositivo, as capitais brasileiras foram afastadas da determinação. Ora, é possível que, àquela época, a exclusão se justificasse. A verdade, porém, é que, passados quase 20 anos, as capitais tiveram seus problemas agravados, a ponto de ser possível afirmar que, nelas, as dificuldades, já hoje, são maiores que nas regiões rurais, tendo em vista principalmente a

desordenada imigração interna a que ficaram sujeitas.

De tal modo que a exceção, feita em 1946, hoje certamente não é mais justificável, se a modificação, nessa parte, do artigo 20 da Carta Magna.

A questão já foi levada a debate, em São Paulo, ao tempo da administração Prestes Maia. Algum trabalho, então, se fez. Mas, não se chegou a mobilizar, como era devido, a opinião pública paulistana para o problema.

E' o que deve ser feito, agora. O povo de nossa cidade, sobretudo os habitantes dos bairros mais pobres, onde os problemas urbanos são mais graves — deve ser convocado para esse trabalho de atualização de nossas normas jurídicas nacionais.

Não é possível que o maior centro industrial da América Latina, cuja renda pública é maior que a de muitos Estados da União Brasileira, fique impedida de auferir, pelo menos em parte, aquilo que paga a outro poder.

A campanha se apresentará tanto mais justa quanto se provar — o que não é difícil — que, dando a São Paulo melhores condições de manutenção e desenvolvimento, não se estará apenas servindo à sua população, mas também às das outras regiões paulistas e brasileiras, na proporção em que se aumentará a sua produção, carregando mais riqueza que servirá todo o Brasil.

# PELA SOBREVIVÊNCIA DA "F. S."

Desde a sua fundação, há nove anos atrás, a "Folha Socialista" teve sempre vida irregular, circulando sem continuidade ou apenas nos períodos eleitorais. Em 1964 conseguimos — apesar do movimento de 1.º de abril — fazer circular quatro edições da "Folha Socialista". Urge, porém, pôr fim a esse "status quo", tirando regularmente nosso jornal, e fazendo-o mais constante, ou seja, regular.

A redação e a administração procuram constantemente melhorar e aprimorar a forma da "F.S." que começou a se delinear no número anterior com características definitivas. Pretendemos fazer "F.S." aparecer quinzenalmente, criando assim uma imprensa socialista de relativa importância.

Precisamos, portanto, para fazer frente às despesas materiais que se apresentam enormes, da colaboração de todos os nossos leitores e amigos. Nós esperamos que todos os socialistas continuem a externar sua confiança em nós e que colaborem da seguinte maneira:

Assinatura de seus amigos oferecendo-lhes assinatura.

Devemos lembrar que a "Folha Socialista" é o único jornal socialista editado no Brasil. Lembramos ainda, que a liberdade de expressão não é suprimida somente pelos golpes de força — como o instaurado a 1.º de abril — mas é consequência mais frequente das impossibilidades materiais de se fazer expressão.

Faz-se necessário que continuemos a aparecer — e cada vez mais — para defender nossas idéias e preparar nossas lutas.

Lançamo-lhes este apelo e aguardamos constantes a resposta.

### Assinatura da "F.S."

NOME: .....

ENDEREÇO: .....

.....

.....

.....

Peço enviar-me regularmente os exemplares da "Folha Socialista", pelo que envio a importância de Cr\$ 2.000, referentes a uma assinatura anual.

(Este boletim deverá retornar à Praça Carlos Gomes, 109 — São Paulo, Capital)

De julho a dezembro do ano passado, a Prefeitura Municipal de São Paulo arrecadou,

cr\$ 1.200 milhões.

Essa é uma parcela ínfima, contudo, da renda pública auferida na capital bandeirante. A União e o Estado recolheram importância bem maior que esta e que foi aplicada em obras e outros gastos, noutras regiões de São Paulo e do País.

Quer dizer: esta cidade está

## FOLHA SOCIALISTA

Órgão Oficial do Diretório Regional de São Paulo do PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Diretor Responsável — LUIZ CARLOS BRAGA

Redatores — ALTINO DANTAS JR., CAMAL SCHAHIM, FLAVIO ABRAMO, JOÃO CHAIKIAN, V. MORAIS JR., PAULO SINGER

Diretor Financeiro — FLAVIO CESAR JUNQUEIRA

Redação — Praça Carlos Gomes n.º 109 — Fone: 36-7825 e 33-9784 — São Paulo

Registro D.N.P.I. n.º 183360 de 11-6-56, Matrícula n.º 1107, Livro "B" n.º 2, 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

Assinaturas

6 meses ..... Cr\$ 1.200  
1 ano ..... Cr\$ 2.000



# LUGAR NA HISTÓRIA

O processo de recuperação democrática no Brasil, corre mais uma vez grave perigo. Este não procede apenas da "revolução" estrambótica e caolha, que a duras penas aceitou a decisão de convocar as eleições nos onze estados, onde elas deveriam realizar-se de qualquer modo, por imposição constitucional. Vem carregado de vícios, incompreensões e má fé, das próprias áreas que somente tem possibilidade de sobrevivência no ambiente arrojado da democracia e sob a condição de assumir seu justo papel na história.

Exista porém, a ameaça da repetição melancólica do triste espetáculo de irresponsabilidade política que deserticou a maior parte das forças democráticas nas eleições da capital paulista. E' a ausência de clareza no exame da situação real do país, no futuro de nossas instituições, que predomina no seio dos partidos que, a estas horas, deveriam ter aprendido a lição amarga de 10 de abril.

Não aprenderam. Na Guanabara os socialistas da antiga capital, já o advertiram publicamente. Correu-se o risco de repetir o erro fatal que conduziu, nas anteriores eleições governamentais, à vitória desmerecida do sr. Lacerda. Em São Paulo, os políticos e politiciet-

ros conhecidos voltam a considerar, como argumento básico da eleição, a brigarrastira dos dois manipuladores eméritos da alienação popular, que há quase 20 anos, desviam a atenção das massas de seus verdadeiros interesses históricos, instrumento que são, ambos da mentalidade imobilista e reacionária.

As eleições, cuja convocação é o resultado de uma luta firme e paciente das forças populares de todo país, têm um sentido particular: ou apresentarão o significado de uma restauração democrática ampla e irrestrita, e nesse caso os candidatos devem representar essa tarefa histórica, ou se transformarão em farsa, em comédia bufa, em nova e fatal derrota da democracia ante as tendências reacionárias do governo.

No período de entendimentos e composições, nós, os socialistas, nunca nos cansamos de advertir, de apelar e de trabalhar pela unificação eleitoral das várias forças interessadas em viver em regime de democracia. Tomamos sempre, nesse sentido, posições firmes e inequívocas; jamais colocamos obstáculos insuperáveis para uma equitativa e ampla composição de forças democráticas destinadas a formar uma barreira poderosa, dentro e fora dos parlamentos, contra os partidários da explora-

ção das massas trabalhadoras e das classes médias, os alienadores das riquezas nacionais e os opressores das liberdades publicas. E sempre lembramos que, unidas, essas forças democráticas e populares são infinitamente superiores à da reação. Tivemos paciência e desprendimento. Explicamos, esclarecemos e expusemos, sem lugar a dúvidas, o objetivo claro e positivo de nossa orientação.

Fomos ouvidos. Mas o que propunhamos não foi posto em prática. Depois, passados os pleitos eleitorais, nos derrotados — as forças democráticas — só restava lamentar a derrota. A todos parece que deveria ter-se realizado a união que pregávamos.

Mas agora já é tarde. Está na hora de aprender e aplicar o que se aprendeu, o que é mais importante e necessário: E' preciso por de lado os que servem apenas para tratar a vontade do povo ainda que achem não o considerem os que assim procedem por lhes faltar consciência de seu papel histórico. Do contrário deixaremos o país de modo definitivo para aqueles que o estão entregando, fatis por fatis, aos homens de negócio daqui e de fora, santificados pelas bênçãos do Departamento do Estado.

## NOTAS EM TORNO DOS FATOS

V. MORAES JR.

A falta de argumentos, qualquer argumento serve — Em face da condenação universal que seu ato de brutalidade da República Dominicana despertou em todo o mundo e principalmente em certos países centro e sul-americanos, os seus pró-homens tentam justificar-se mediante o apelo às mais estapafúrdias e mentiras. A primeira justificativa espartano o mundo pelo cinismo. Tratava-se, dizia o Departamento de Estado, de proteger a vida de cidadãos norte-americanos em uma situação na qual não havia governo responsável para manter a ordem. Todo mundo compreendeu que os norte-americanos estavam procurando garantir a permanência no poder da inominável e cana-thesca "gang" trujillista, que lhes protegia os escusos interesses na Ilha. Ante a internacionalização da "crisis" em política internacional deram outra versão: a de que havia comunistas infiltrados no movimento democrático do povo dominicano e que o dever dos Estados Unidos é o de impedir, por qualquer meio e a qualquer momento, que "outra Cuba" se instale no mundo. A essa política de força — que por sua vez infringe vários artigos desse farrapo de papel que são os Estatutos da OEA, — deu-se o nome de "doutrina Johnson", ligando o nome do sucessor de Kennedy a um dos estapúdios episódios da história norte-americana. Esse motivo também não serviu para encobrir a evidência, pois foi logo declarando, pelos próprios norte-americanos, que os comunistas eram 58 ou 59 na Ilha. Averell Harriman, fez a denúncia aqui mesmo, no Brasil, não só nos ouvimos de

nosso abrutecidos governantes, mas à vista de todos. Recuperando-se em tempo da imbecidade, reforçou a argumentação e declarou, para pasmo até dos néscios da UDN e de outras instâncias que não poderia reconhecer o governo de Chamano por tratar-se de um poder não eleito... Em fato de burrice e abuso de cinismo, o argumento de Harriman só tem paralelo, mais uma vez, na história do III Reich. E só significa uma única verdade: Os Estados Unidos não permitirão que país algum do continente ou fora dele (vejam-se Congo e Vietnam) realizem sua independência econômica e tenham sua liberdade política. O governo dos Estados Unidos está ao serviço exclusivo dos interesses que desejam subjugar o mundo subdesenvolvido aos seus imediatos interesses. Não importa quão cujo sejam esses, mais vale um ladrão norte-americano que um milhão de "nativos". Essa é a democracia norte-americana, nem mala, nem menos.

1 — SOCIALISMO PARA INGLÊS VE R — O atual governo inglês, chefiado pelo Sr. Harold Wilson, foi eleito debaixo de melhor expectativa em todo o mundo. As forças democráticas e de esquerda nos mais diferentes países confiavam em que o Sr. Wilson fizesse reviver os dias de

construção interna, que marcaram a gestão trabalhista do pós-guerra e desatrelasse a Inglaterra da posição de servilismo em que a colocaram os conservadores relativamente a política externa dos Estados Unidos. No tocante ao programa de medidas internas, o noticiário da imprensa dá conta o Sr. Wilson está agindo com indistimulável tibieza. Não temos muito a ver com isso. Te problema dos quadros do Partido Trabalhista e dos eleitores britânicos. Mas temos o direito de protestar e manifestar a nossa indignação, quando o governo Wilson, ao mesmo tempo em que se preende de orientação socialista, pretende e apia com escandalosa diligência os atos de pirataria internacional que o Departamento de Estado (ou devemos dizer a CIA?) tem promovido nestes últimos meses. Não devemos esquecer a nossa repugnância, igualmente, ante as arremetidas do colonialismo inglês na Malásia. Para que a bandeira do socialismo não seja maculada ainda mais, quase que chegamos a desejar que os conservadores retornem ao Poder na pessoa Ilha de Sua Magestade. Todó o nosso repúdio a esse socialismo do Sr. Wilson, que tudo indica é só para inglês ver...

2 — ANDAM PUXANDO O TAPETE DO LACERDA — As colunas mais bem informadas do

noticiário político vem insistindo em que o Marechal Castelo Branco obstina-se, cada vez mais, em provocar uma revisão da convenção udenista, que lançou a candidatura Lacerda à Presidência da República. Esse fato explica-se. Já dá sétima forma: o Marechal está começando, em primeiro lugar, de que boa parte do desprestígio que envolve o seu governo deve ser creditada à campanha difamatória desencadeada pelo Governador Lacerda contra os ministros Campos e Bulhões, ditamente ou por via de terceiros (preferencialmente o jornalista Hélio Fernandes); em segundo lugar, o Marechal convenceu-se também de que o Sr. Lacerda será impetavelmente derrotado no pleito sucessório da Guanabara, o que transformará a sua candidatura presidencial em um antecipado malogro, razão por que é necessário retirá-lo do páreo, pois, se permanece, o Marechal não terá condições de negar-lhe apoio. Por tudo isso, o Sr. Castelo Branco não tem perdido vaga para apoiar a candidatura lacerdista, servindo como exemplo frizante desse empenho a intervenção do Marechal em favor da candidatura, Ernani Sátiro, a presidência da U.D.N., solução que Lacerda não deixou de ver como hostil às suas pretensões. Não se poderá esquecer, por outro lado, que o Marechal Castelo Branco revelando agudo sentido de auto preservação não pretende contrariar os apetites dos generais Golbery e Cordeiro de Faria, que já não ocultam a sua ambição de sucedê-lo. Por tudo isso cremos o Marechal tem as mãos bem plantadas no tapete de Lacerda...

# ELEIÇÕES DE MARÇO: A ALT

Ao formularem sua política eleitoral para as eleições de março, os socialistas partiram da constatação de que houvesse no país um golpe reacionário e que as eleições poderiam se transformar em poderoso instrumento de mobilização popular no sentido da reconquista da legalidade democrática, ampliação da frente de resistência à ditadura e criação de uma perspectiva para a luta pela anistia e reintegração de todos os cidadãos na plenitude de seus direitos.

Foi dentro desse critério que o PSB, através de sua Comissão Eleitoral procurou desenvolver os entendimentos condicionando-os a

mo têm sido os erros da ação de esquerda em nosso país.

A ausência de uma liderança popular que pudesse preencher o vácuo do getulismo e enfrentar o dilema retrógrado (ou janismo ou ademarismo) que preside a política de S. Paulo desde 1954 era outro problema a enfrentar.

A incompreensão dos nossos aliados em potencial, relativamente à política formulada pelos socialistas, levou a uma dispersão de esforços, colocando as forças de centro-esquerda na condição de candidaturas, fraudando com isso as esperanças de amplas massas que viam nesta primeira eleição que se realizava depois do golpe

político e do papel que nela devem desempenhar. A aliança com o PSB implicava na aceitação de um programa mínimo eleitoral de profundo sentido nacionalista e popular.

## CAMPANHA DOCTRINARIA

Este temor obscurecia a visão dos líderes dessas correntes, o que levou o senador Aurélio Viana, presidente nacional do PSB, a fazer a seguinte observação na análise das eleições paulistas (discurso pronunciado no Senado, dia 24 de março): "o Partido ao qual pertencei apresentou um candidato à vice-prefeitura de São Paulo apoiando para a Prefeitura, candidato de outro partido. A campanha do nosso candidato foi à base de doutrina, de princípios, defesa de teses, sem insultos, sem retaliação pessoal e sem provocação. Resultado: o nosso candidato obteve mais de 100 mil votos e o candidato a Prefeito que nós apoiamos, 52 mil. O Presidente de um Partido declarou-me que o nosso apoio ao candidato de seu Partido e zero seria mais ou menos a mesma coisa. Pois ali, obti-

vemos mais de cem mil legendas e o candidato desse Partido não obteve 50 mil. E é uma grande partida que assim considera".

Apesar das dificuldades enfrentadas e a subestimação das possibilidades eleitorais dos socialistas, procuramos desenvolver nossa campanha em termos programáticos, buscando a realização da política traçada pela Convenção Municipal.

## NOSSA POSIÇÃO FOI CORRETA

O resultado não se fez esperar; obtivemos 108 mil votos para o candidato socialista a vice-prefeito — o vencedor Davi Lerer — ampliamos nossa penetração na classe operária e atingimos profundamente amplos setores das classes médias através da exposição clara de nossa plataforma eleitoral, da crítica política econômico-financeira e da denúncia do entreguismo do governo federal, enquanto o PDC chegava cindido ao fim da campanha eleitoral devido às manobras da ala conservadora que levou ao esvaziamento a candidatura partidária. Este esvaziamento forçou-os a uma atitude



A campanha socialista foi feita nos mais diversos locais

união das forças populares e rompendo definitivamente com a política das soluções previamente acertadas, porque o movimento armado de 1.º de abril atingiria igualmente a todas as forças progressistas sem levar em conta as fronteiras ou divergências, porventura existentes entre elas.

Uma aliança eleitoral que reunisse, fundamentalmente, socialistas, trabalhistas e democrata-cristãos e outras forças progressistas foi a posição que o Partido Socialista Brasileiro apresentou abrindo totalmente as portas para os entendimentos e propostas.

A fixação de uma política que assegurasse a penetração das teses de centro-esquerda junto aos trabalhadores e a classe média paria do fato de que o apoio conquistado para a posse do sr. João Goulart em 1961, perdera-se em virtude da errônea apresentação da política de reformas do governo depositado, que a reação apresentava como "tentativa de comunicar o país".

Constitui absurdo que não tem paralelo na história que uma política reformista não encontrasse respaldo na classe operária e nas classes médias.

Tudo isso confirmava o acerto da política estabelecida pelos socialistas que era uma perspectiva e o fulcro de uma nova saída.

## SALDOSISMO E INCOMPREENSÕES

A constante de nossa pregação: "você que não está satisfeito com o presente, nem tem saudades do passado, mas tem confiança no futuro"; era quase uma filosofia de sentido não revanchista e não saudosista: Revanchismo e saudosismo

de Estado de 1.º de abril. Uma oportunidade de afirmação categórica em relação ao atual estado de coisas.

## FREDO E TEMOR

O PTB, por ser o maior dos partidos de oposição e duramente atingido nos seus quadros pelo Ato Institucional, tinha uma dupla responsabilidade: a de liderar as forças de oposição e a de traçar uma política capaz de mantê-las unidas, cometeu um erro gravíssimo apresentando uma solução sem perspectivas, unilateral e isolacionista. A análise deste erro pelos militantes de base do PSB deverá forçar, doravante, a adoção de uma política consequente e mais realista. O PDC por sua vez conciliava quaisquer entendimentos em torno de seu candidato e dele não arredava pé em função de uma fórmula mais ampla. Esta situação forçou o Partido Socialista Brasileiro a escolher, entre as candidaturas lançadas, a do Sr. Franco Montoro, que era a que permitia uma ampliação do trabalho partidário numa área em que não tínhamos penetração.

No decurso dos entendimentos mantidos com os partidos e candidatos, evidenciava-se, entre estes, a disposição de contar com os votos dos socialistas, mas pouco empenho em conquistar ou admitir o apoio ostensivo do Partido Socialista Brasileiro. A falta de objetividade dos contatos dos partidários do Sr. Faria Lima as manobras protelatórias do PTB e as restrições e as "explicações" do apoio socialista oferecida pelo candidato do PDC são provas eloquentes de que estes agrupamentos não se compenetraram da rea-

O ano de 1965 será o da luta pela anistia e pelas eleições que estão marcadas para se realizarem em vários Estados do País. Estamos diante de uma aspiração nacional: a normalização da vida democrática.

A política de prorrogação dos mandatos é a forma de evitar que o povo escolha livremente os seus representantes, pronunciando-se sobre os homens que estão contra ou a favor do golpe de abril.

Os líderes militares e civis, responsáveis por este golpe, preparam a necessidade de salvar o País do comunismo, defendendo a democracia em perigo.

E que vimes?

A instauração de um governo anti-democrático e antipopular. Dizem que era necessária a preservação do regime, da federação e da harmonia dos poderes.

E como cumpriram a promessa?

A Constituição foi profundamente atingida pelo Ato Institucional. Verificou-se a deposição de vários governadores. Multidou-se o Congresso Nacional com a cassação de mandatos. As decisões da Justiça não são cumpridas quando desagradam o governo.

O panorama político é desolador.

A liberdade continua à mercê das autoridades policiais e militares. Os prefeitos, os conselhos municipais, os governadores, as Assembleias estaduais, a Câmara e o Senado estão sob permanente coação. Não sabem sequer se chegarão ao fim de seus mandatos. Institucionalizou-se em todo o País a política da intimidação para legalizar a ilegalidade, levando à capitulação os que resistem à linha dura.

Não temos a superstitia da legalidade, embora sabendo que os meios legais, normalmente, são mais adequados do que os meios ilegais.

A verdade é que as forças mais reacionárias do País repudiam a legalidade e se inclinam para uma ditadura ostensiva ou disfarçada.

Ser pela legalidade a todo preço é negar o direito histórico da revolução. A revolução substitui uma forma de legalidade por outra forma de legali-

# A GRANDE

dade. Isto pode ser por meios pacíficos ou violentos de acordo com o desenvolvimento dos fatos.

Mas o que houve em 1.º de abril foi simplesmente um golpe militar que violou a legalidade não para estabelecer uma legalidade revolucionária e sim para instaurar um regime de exceção cujo principal objetivo era conter o desenvolvimento do País e entregá-lo de mãos atadas aos grupos monopolistas do imperialismo norte-americano.

Nunca em parte alguma do mundo se viu o exemplo histórico de uma revolução feita exclusivamente pelas forças armadas. A revolução tem um sentido nacional e popular que transforma a estrutura econômica e social de um povo que possui os elementos para fazê-la. Em seu desenvolvimento, ela pode contar com setores das forças armadas para ajudar o parto na hora do nascimento de uma nova sociedade.

As forças armadas dão golpes de Estado mas não fazem revolução.

É o que se verificou, a 1.º de abril, com o movimento militar que depôs o governo passado.

O golpe de Estado, todavia, cria o clima da guerra civil.

A guerra civil não quer dizer, precisamente, uma nação em armas ou melhor, não quer dizer apenas o conflito armado.

O conflito pode passar, mas o estado de guerra civil permanece quando não se verifica a paz interna. E a Paz Interna não é a que se impõe pela força das baionetas, pelo temor das metralhadoras e das tropas mecanizadas.

A paz interna se firma quando a tel garante a liberdade de todos.

Não há paz interna num país enquanto existem indivíduos com os di-



# ALTERNATIVA FOI SOCIALISTA

suicida apoiando nos últimos dias a candidatura Faria Lima. Os riscos que o PDC correu se analisados com coragem, poderão indicar o rumo a ser seguido por essa agremiação. O primeiro resultado positivo do que está feito pela ala progressista foi o alinhamento do colaboracionista Neij Braga da presidência nacional do PDC.

O Partido Trabalhista Brasileiro, também colhia um resultado muito aquém de sua potencialidade eleitoral, fruto de uma política inadequada e sem perspectiva. Seu candidato obteve apenas 34 mil votos.

Sr. Faria Lima com os Srs. Ademar de Barros, Castelo Branco, Lincoln Gordon e Carlos Lacerda, frustram as forças janistas que viam no atual prefeito "o candidato dos casados".

Qual foi o resultado para as forças populares e para as próprias forças janistas o voto no Sr. Faria Lima — candidato do Sr. Janio Quadros? — Aquelas continuam sem influir no conteúdo do janoísmo e estas continuam presas ao destino de um homem. Instalou-se, nesta área, um amplo debate no sentido de identificar os objetivos de janoísmo com os da chamada "revolução". A entrevistada de Sr. Faria Lima, na véspera de sua posse e o discurso do vereador Glória Jr., líder da situação na Câmara Municipal, revelam tais esforços.

Nos demais municípios onde participamos das eleições, a alternativa também foi socialista: em S. Caetano do Sul foi eleito o candidato socialista a vice-prefeito, enquanto o companheiro Joa-

quim Formiga, disputando a preferência contra uma poderosa coligação de partidos — onde o PTB, inexplicavelmente participava ao lado da UDN — obteve expressiva votação; em Cubatão e Dracena a situação não foi diferente; o povo escolheu entre duas alternativas — uma das quais a socialista.

É claro que o PSB poderia ter concorrido às eleições na maioria dos 140 municípios em que se realizaram os pleitos.

Dificuldades de toda ordem impediram uma presença maior dos socialistas nas eleições de março. A repressão e a intimidação que ainda persistem no interior desencorajaram quaisquer iniciativas mais audaciosas no sentido da organização de Diretórios Municipais com vista às eleições de 7 e 21 de março.

Mesmo assim os resultados obtidos podem ser considerados expressivos e as perspectivas animadoras.

A tarefa imediata — considerada a mobilização das forças reacionárias, já que a própria UDN lançou o seu candidato para a eleição de 1966 — é que as forças populares se preparem para dizer a quem vem e o que pretendem nas próximas eleições. É preciso transformar a vitória moral obtida nas últimas eleições numa vitória decisiva para a organização do povo, restauração da legalidade democrática e conquista de uma anistia ampla e irrestrita.

Deveremos desenvolver, nos próximos meses, a maior parte de nossos esforços para o trabalho de organização partidária, com vistas à sobrevivência do Partido Socialista — o mais importante instrumento para as lutas do povo — e criarmos as condições para resultados positivos nas próximas eleições estaduais e para as lutas populares que se avizinham.

Relatório aprovado na reunião do Diretório Regional realizada no dia 24 de abril na Câmara Municipal em S. Caetano do Sul.

## NOVO GOLPE PARA OS JANISTAS

O janoísmo explicou a vitória do Sr. Faria Lima com uma vitória obtida pelo Sr. Janio Quadros, político cassado pela "revolução". Mas um dos Ministros da chamada "revolução", o brigadeiro Eduardo Gomes, apoiou abertamente a candidatura Faria Lima. E, este, mesmo antes de assumir a Prefeitura anunciava a disposição de entregar uma secretaria à UDN — partido da "revolução" que cassou o Sr. Janio Quadros. Estes fatos, além dos recentes encontros do

## NO INTERIOR SAÍDO FAVORÁVEL E REPRESSÃO

Nos demais municípios onde participamos das eleições, a alternativa também foi socialista: em S. Caetano do Sul foi eleito o candidato socialista a vice-prefeito, enquanto o companheiro Joa-

## PERSPECTIVAS E TAREFAS

Então, quais as tarefas a cumprir?

# ESTUDANTES DISSERAM NÃO!

ALTINO R. DANTAS JR.

Campinas

Tentaremos aqui traçar um panorama de movimento estudantil que se apresenta hoje como uma das forças populares em condições de resistir à ditadura.

Vejam os XVII Congresso Estadual dos Estudantes, realizado em S. Paulo em janeiro apesar da pressão policial exercida para impedi-lo.

Lutando com dificuldades financeiras e toda sorte de pressões os estudantes resolveram realizar de qualquer maneira o seu congresso; nele se traçaram as linhas mestras para o movimento universitário em S. Paulo, elegu-se a nova diretoria da UEE em 63 e resolveu-se dar ênfase à luta contra as tentativas do governo de suprimir as organizações estudantis brasileiras.

Desde o início, a diretoria da UEE sentiu a sua grande responsabilidade; se haveria condições de sucesso se de fato voltasse às bases, considerando sobre tudo que a UEE é composta da diretoria, dos DCE's e Centros Acadêmicos e que a estes cabe a tarefa de conduzir a entidade.

A UEE de S. Paulo anulou assim as manobras divisionistas, conseguindo reafirmar sua unidade.

Sem esquecer outros problemas que afetam a vida universitária e nacional a luta dos estudantes tem se concentrado e por algum tempo deverá continuar assim na revogação da famigerada "Lei Suplicy".

## Plebiscito

O ponto principal dessa luta foi o plebiscito, que além de reafirmar a posição dos Universitários de oposição a política do governo, demonstrou que as organizações estudantis, não são "cominadas por uma pequena minoria", como pretendem os que são maioria de fato. Mais de 20 mil universitários em todo o Estado atenderam à convocação da UEE dizendo simplesmente "Não" à "Lei da Moratória". Considerando o resultado do plebiscito, os presidentes dos Centros Acadêmicos resolveram em conselho não se adaptarem à lei.

Se com o plebiscito a batalha é preciso ter em mente que a luta continua; há pouco tempo, em Campinas, o Reitor da Universidade cassou a representação dos estudantes do Conselho Universitário, e sob pressão, exigiu que os estudantes se adaptassem a lei; só obteve dos estudantes a mais preta negativa.

No dia 9 o Conselho de Presidentes, discutindo o projeto de Dep. Mateus Schmidt resolveram os estudantes iniciar um campanha de esclarecimento, sobre o trabalho; resolveram também exercer sobre o Congresso Nacional (onde já se encontrava o projeto), pressão para que ele seja aprovado.

Ao mesmo tempo os estudantes confirmaram sua posição de não adaptação a "Lei Suplicy". No mesmo Conselho, tendo em vista as agressões imperialistas contra a República Dominicana, os presidentes dos Centros Acadêmicos deram apoio à nota de protesto da diretoria de UEE e convocaram um Ato Público, para manifestar desaprovção à atitude do Governo Brasileiro, e apoio à intervenção e ao envio de tropas.

## UNE

No âmbito nacional, o movimento universitário tem enfrentado sérias dificuldades para sua restauração. Em muitos Estados a repressão policial é violenta, não dando condições para uma reorganização legal dos estudantes. Nesse sentido, tem a UEE de S. Paulo uma grande tarefa que é a de ajudar as outras UEE's a fim de que possam realizar o Congresso da UNE.

É necessário portanto unir todos os nossos esforços para reforçar nossas entidades, reestruturar o movimento estudantil para que possamos enfrentar e derrotar os que pretendem tirar dos estudantes a sua facultade de denunciar as injustiças e a opressão. Os estudantes deverão prosseguir na luta até conduzir a revogação a "Lei Suplicy".

# JORNADA

EDMUNDO MONIZ

reitos políticos cassados sem processo regular e sim pelo arbitrio dos que detêm o poder.

Em 1877, seis anos depois da Comuna de Paris, Victor Hugo considerava a França em guerra civil.

E por quê?

Em consequência de se participarem da insurreição de 1871 permaneceram privados dos direitos políticos.

E Victor Hugo dizia: a guerra civil só termina com a anistia.

O mesmo, dever-se-á dizer, no Brasil, quase noventa anos depois.

Não resta dúvida que o problema está posto na consciência nacional.

É inútil querer esconder um anseio que vai do norte ao sul do País que atinge todas as camadas sociais, que constitui uma bandeira de luta para a restauração da legalidade democrática.

Basta de discriminação ideológica, política e partidária.

A campanha pela anistia ampla e irrestrita e pelas eleições, para terminar com a guerra civil que continua sob a forma da coação, é o modo mais consequente para a frente única de todas as forças democráticas.

Não se trata de uma posição sentimental, de uma atitude romantizada. Trata-se de um objetivo definido, que tem o apoio secreto ou declarado da maioria do povo.

Não interessa o que as forças reacionárias pensam sobre a anistia. A anistia não é uma concessão magnânima. É uma conquista política. É uma conquista que impõe paciência, coragem e obstinação aos que lutam por ela. A anistia não se pede. A anistia se exige.

A guerra civil, que no Brasil, tem a forma de guerra fria para destruir as instituições, apresenta como su-

cesso recente a capitulação da Assembleia Legislativa de Goiás, que votou a vacância do governo do Estado, e a capitulação dos setores militares, que aceitaram a decisão favorável ao embaixador da Hanna.

Mas esses dois sucessos, como complemento de uma cadeia, contribuem enormemente, para o desmascaramento de um golpe que se põe a serviço de uma empresa estrangeira e fere o regime federativo com a humilhação de uma Assembleia que, vendo o desano do governo federal pela decisão do próprio Supremo Tribunal, isolada e desprotegida, cerada pelas tropas do Exército, termina por ceder e capitular diante da insegurança em que se encontra.

O País que a volta das garantias constitucionais do cumprimento da lei. Não pode suportar um sistema político que subverte a ordem jurídica e se julga impune para entregar ao capital estrangeiro as riquezas nacionais, que executa um programa econômico e financeiro para conter o desenvolvimento nacional e prepara a crise para o desemprego em massa.

A inflação continua. Continua o aumento do custo de vida. Reduz-se o crédito e congelam-se os salários. A indústria e o comércio como a pequena burguesia e a classe trabalhadora entram num regime de depressão.

A permanência do estado de coisas atuais pode esmagar a revolução brasileira e relocalar o País nos quadros da dependência colonial.

Um povo não pode permanecer de braços cruzados em face de uma perspectiva tão desastrosa.

É chegado o momento de intensificar a luta para obter sobre os inimigos da democracia uma vitória objetiva e subjetiva.

A jornada é longa e penosa. Mas é preciso prosseguir no caminho. A anistia e as eleições na data marcada pela lei, com a plena restauração da legalidade democrática, anulando os efeitos do Ato Institucional, serão o luminoso pronunciado da reconquista do tempo perdido e de uma nova fase da revolução brasileira, que o golpe de abril tentou sufocar. (Transcrito do "Correio da Manhã")

# FOME É A SOLUÇÃO CAPITALISTA PARA A CRISE ECONÔMICA

Ninguém mais duvida que o Brasil passa por grave crise econômica. As vendas caem em todos os setores: tecidos, automóveis, carne e leite, aparelhos elétricos e assim por diante. Durante alguns meses os industriais instalaram férias coletivas a se concederem mutuamente o que se chamou de "moratória não declarada": um atraso geral no atendimento dos compromissos financeiros era universalmente tolerado. Depois vem a fase das concordatas, assinalada pelo apelo a este recurso por firmas grandes como a Mineração Geral do Brasil (do Grupo Jafet), Lojas Simis, Cotonificio Crespi, etc... Depois vieram os cortes, avolumando-se o desemprego.

Finalmente a última fase: as empresas incapazes de encontrar novos subterfúgios fecham. A espetacular falência da Panair do Brasil inaugurou esta fase final da crise.

Hoje, pelo menos um décimo dos trabalhadores paulistas está sem emprego, vivendo de suas indenizações ou pouco que a receberem, os outros vivendo ninguém sabe como. Há cidades no interior, como Descalvado, em que todas as fábricas cerraram suas portas.

Num país em que não há o menor amparo ao desempregado, as marcas da miséria generalizada em breve se farão sentir: aumento e da criminalidade; suicídios, em que famílias inteiras se matam para fugir à fome.

A atual geração de brasileiros não tem experiência de crise semelhante. Apenas a inflação incessante atormentava os que viviam de salários. Agora, possivelmente, muitos sentirão saudades da época em que, apesar da carestia, pelo menos tinham emprego. E mesmo os que conservam seus lugares de trabalho são obrigados a se submeter a cortes nos salários. Cortes diretos ou indiretos mediante aumentos muito inferiores à elevação do custo de vida. E natural que os trabalhadores perguntem por que. Qual a causa desta crise que ameaça tudo o que conquistamos em 20 anos de desenvolvimento econômico?

A resposta imediata é que a crise é causada pelo governo, que eleva os impostos, restringe o crédito, impede o reajustamento de salários e suspende os investimentos públicos. E não há dúvida de que estas medidas são as causas diretas da crise que assola nossa economia. Porém não é possível parar de perguntar neste ponto. É preciso saber ainda porque o governo adota esta política econômica aparentemente suicida.

A primeira hipótese é de que se trata de uma equipe de obtusos, que não têm idéia das consequências de sua ação. Na realidade, não é a imbecilidade que caracteriza o setor econômico do governo. E se pairam dúvidas quanto a clarividência dos srs. Roberto Campos e Otávio Bulhões, é bom lembrar que homens inteligentes como Santiago Dantas e Celso Furtado igualmente se

propuseram a pôr em prática, em 1963, uma política que em sua essência, não difere da praticada pelos atuais ministros. A segunda hipótese é a de que os atuais mentores da política econômica federal executam um plano maquível para liquidar a indústria nacional, em favor do capital estrangeiro. Também esta hipótese não satisfaz. É público e notório o entusiasmo do atual governo pelo capital estrangeiro, mas é forçoso reconhecê-lo — as empresas americanas e européias no Brasil não são menos atingidas pela crise que as nacionais.

A Willys, a General Motors, a General Electric, etc... estão despedindo empregados e cortando a produção tanto quanto as empresas brasileiras. E embora o capital estrangeiro esteja se aproveitando da situação para adquirir a baixo preço a massa falida de indústrias brasileiras que, menos fortes financeiramente, não resistem à crise, o fato é que para a maior parte dos "trustes" uma economia em expansão é muito mais lucrativa que uma em crise.

A resposta correta é a de que a presente crise é desencadeada pelo governo, mas a este não se apresentam muitas outras alternativas: ou ele permite que a inflação prossiga até levar a uma fôlta à vida econômica do país ou a paralisação com medidas do tipo das que vem sendo adotadas. O dilema vem da essência do capitalismo. Neste regime, para que a economia cresça é inevitável que haja alguma inflação. Esta "alguma" inflação também cresce e de-

pois de certo tempo torna-se insuportável. Para combater a inflação o regime capitalista só conhece um remédio: cortar a procura, ou seja aumentar impostos, reduzir salários, restringir o crédito etc. Em última análise, a única maneira de acabar com a inflação que o capitalismo conhece é exatamente o desencadeamento de uma crise do tipo pela qual passa nessa economia.

É claro que a inflação também pode ser superada sem crise, mas para tanto seria necessário planear a economia, isto é, acabar com o capitalismo. É por saber disso que a burguesia — nacional e internacional — aceita a política de crise do governo, embora ela corte sua carne ao provocar a queda de vendas, as concordatas e as falências. A burguesia prefere jogar aos lobos alguns membros de sua classe a perder sua posição e os privilégios de classe dominante.

A barganha de propaganda oficial procura apresentar a situação sob um falso dilema: crise ou inflação devastadora. A oposição burguesa, por sua vez, procura iludir o povo ao tentar fazê-lo crer que toda culpa cabe à burocracia ou à malevolência da dupla Roberto Campos-Otávio Bulhões. Na realidade o verdadeiro dilema é um só: capitalismo com crise ou economia planejada, isto é, socialismo. Esclarecer aos trabalhadores a verdadeira natureza da crise econômica, desvendando seu caráter de crise inerente ao sistema, é a primeira tarefa revolucionária de nossos dias.

PAUL SINGER

## SINDICAL

### 1.º DE MAIO DE LUTAS

Tradicionalmente, o 1.º de maio é comemorado em todo mundo, como desagravo às vítimas de Chicago em 1886 que, lançando mão do recurso da greve, se bateram pela jornada de oito horas. Mais tarde, no Congresso Internacional dos Trabalhadores de 1888 essa data foi oficializada como o "Dia dos Trabalhadores", quando se marcavam os movimentos coletivos para a redução da jornada de trabalho, a proteção aos menores e mulheres, o salário mínimo, a proteção nos acidentes, etc. Há quase nove décadas, portanto, entremeadas por duas conflagrações mundiais, vem os trabalhadores do mundo, redobrando os seus esforços de unidade para assegurar as conquistas de melhores condições de vida e, principalmente, de liberdade para os seus órgãos de classe.

So depois da Segunda Guerra Mundial, puderam os trabalhadores estabelecer mais promíneas da unidade sindical, criando um órgão de caráter mundial para centralizar suas aspirações de liberdade e justiça. Esse organismo, porém foi enfraquecido por organizações nacionais e governos repressores que procuravam impedir o movimento operário internacional, através da Federação Sindical Mun-

dial e criando paralelamente aos outros movimentos, a CIO-SL e a CTC, esta de católicos.

Entretanto, depois do encontro dos dirigentes dessa três organizações mundiais, em Agosto de 1963, as entidades Sindicais da Grã-Bretanha, Holanda, E.E.U.U., França e Itália desenvolveram esforços para unificar novamente os trabalhadores de todo mundo. A partir de então — agosto de 1963 — o movimento operário mundial, adotou um programa comum de luta, independente das posições políticas, religiosas ou filosóficas de seus membros.

Este programa consiste num decálogo de reivindicações que tem como pontos fundamentais a liberdade e a autonomia sindicais. O que equivale a dizer, que o movimento sindical deve ser livre das injunções político-partidárias, dos governos, dos países e da polícia.

O esforço de unidade orgânica do movimento sindical mundial, deve ser todo ele feita numa direção: unificar os trabalhadores em torno de um programa de cinco pontos: previdência social, seguro desemprego, redução das horas de trabalho, salário mínimo e profissional e solução do problema habitacional. Esses pontos

permitem a unidade, pois não comprometem ideologicamente os trabalhadores com nenhuma facção político-partidária ou religiosa, mas apenas com as reivindicações, todas elas inscritas na Carta dos Direitos Sociais da ONU, aceita pelo governo dos países nela representados.

Mas para que os trabalhadores possam lutar por estas reivindicações, conquistando-as, é preciso que a liberdade e autonomia sindicais sejam uma realidade. Atualmente, no Brasil, a maioria das mais importantes organizações sindicais acham-se sob intervenção governamental, mantidas, o que favorece a exploração patronal nas empresas. Essas intervenções podem ser levantadas pelos próprios trabalhadores se eles souberem unirse pela base, exigindo eleições imediatas, sem a preocupação dos nomes, para dirigilas, exigindo eleições tão somente, já que estas permitirão o afastamento da condição de interventores — delegados do governo — dos atuais dirigentes, restabelecendo o clima de normalidade sindical, afastando essas entidades do controle direto da polícia política.

Ao traçarem em Agosto de 1963 as normas de ação comum proposta pela FISM, no 1.º de maio, em Genebra, os dirigentes das organizações sindi-

cais de âmbito internacional tiveram em mira assegurar os princípios estabelecidos na Carta de ONU, para facilitar a liberação do movimento sindical acabando com o tipo de organizações verticais, como ocorre na península Ibérica e em certos países da América Latina, entre outros, e agora, no Brasil, através das intervenções arbitrárias, provenientes da chamada "revolução" de março-abril do ano passado.

O governo sob pressão interna e externa, vê-se obrigado a liberar os sindicatos sob intervenção, proporendo assim eleições em muitos deles. Nossa preocupação não deve ser a de elaborar chapas para derrotar grupos ou indivíduos, mas favorecer de todas as formas a unidade, evitando até onde for possível o aparecimento de mais uma chapa, lutando pelo "quorum" para evitar a anulação dos pleitos, como ocorreu nos sindicatos dos Jornalistas, de São Paulo, e nos Metalúrgicos de São Caetano e São Bernardo.

Este 1.º de Maio, para nós, trabalhadores brasileiros, tem um grande significado. Ao contrário da situação em que encontram os trabalhadores de muitos outros países, além de lutarmos com a falta de liberdade em

Conclui na pg. 7



# 1º DE MAIO DE LUTAS

# UNIDADE DE AÇÃO

Conclusão da 6ª pg.

possos órgãos de classe, não podemos contar com líderes experimentados, muitos dos quais estão asilados, forçados processados ou com direitos políticos suspensos, impossibilitados de atuar diretamente. Por isso, é preciso libertar imediatamente as entidades sindicais brasileiras, e o primeiro passo, é realizar as eleições, elegendo elementos cujo único compromisso seja o de respeitar os estatutos e permitir a livre sindicalização. O resto, com o tempo, os trabalhadores se encarregarão, lutando, inclusive, pela anistia de seus líderes.

Não devemos nos iludir com a perspectiva de que a luta pela democracia sindical será fácil, ou que poderemos impor condições tais que, a libertação dos sindicatos se fará de qualquer maneira nestes dias. O governo cederá, mas devemos estar alertos para impedir que ele anule os pleitos, como já fez, devido a nossa incompreensão. A reação havida no Sindicato dos Jornalistas, pela própria categoria, após o pleito, anulado, é porque a chapa vencedora teve maioria apenas relativa (1 voto), deveria ter procedido ao registro de chapas, e nessas condições não haveria tanta divisão, e o governo não teria nenhuma interferência como terá agora que o pleito foi anulado. É preciso vencer o governo e suas leis e isso não é difícil, se soubermos deter em nossas mãos a bandeira da unidade.

Na oportunidade desta data, quando reverenciamos a memória, o sacrifício e o exemplo de Michel Secwab, em 1886, na cidade de Chicago, devemos nos lembrar que a data é de lutas, de vitória e de sacrifícios, que só serão obidos com a unidade da classe operária e com o despreendimento de seus líderes.

O 1º de Maio é uma data que consagra o esforço dos trabalhadores há mais de um século, na luta pelos seus direitos. A liberdade e a justiça são frutos da luta dos povos contra a exploração do capitalismo sedento. A

liberdade sindical como afirmavam Abraham Lincoln e Woodrow Wilson é "uma necessidade imprescindível para a sustentação da democracia. O Estado não pode interferir nela senão para fortalecê-la, jamais para controlá-la, ou enforcá-la". Da mesma forma, na Carta Geral dos Direitos do Homem, da ONU, foi inserido um capítulo concernente aos direitos dos trabalhadores, estabelecendo no seu item principal, que a liberdade dos sindicatos é ponto prelo para o reconhecimento do Estado democrático.

Com tais apoios, não podem os trabalhadores brasileiros se preocupar muito com detalhes, nomes ou líderes para a direção dos seus órgãos. O fundamental é libertá-los já das intervenções ministeriais e policiais. Depois os trabalhadores se encarregarão da limpeza que se fizer necessária, substituindo os que não merecem confiança.

Este 1º de Maio merece uma especial atenção de todos os que militam no movimento sindical, luta pelo respeito às liberdades democráticas e pela validade dos princípios constitucionais.

É portanto um 1º de Maio de lutas e unidade, contra as violências e contra as perseguições. De respeito à livre associação e contra as discriminações.

NOTA — Não se infira, destas palavras, que o PSB esteja "reconhecendo" a "legitimidade" da Portaria 40, a qual introduz arbitrariamente, no contexto dos Estatutos Sindicais, a obrigatoriedade da maioria absoluta e do "quorum" para o reconhecimento das eleições dos corpos dirigentes dos órgãos dos trabalhadores. O PSB apóia a luta de todos os trabalhadores contra essa portaria e indica a todos os sindicalizados que o caminho de sua libertação do controle patronal (representado pelo governo da revolução) é a Ação comum dos trabalhadores de todas as tendências contra a portaria 40.

ROBERTO MEDINA

De 1º de abril de 1964, data em que ruiu o regime constitucional sob a conspiração da direita reacionária até hoje os trabalhadores viram, cair por terra a maioria das mais importantes conquistas dos últimos 30 anos de lutas e sacrifícios. Foram praticamente eliminadas todas as liberdades sindicais. Não existe mais o direito de pleitar melhores condições de vida, razão de ser fundamental das organizações sindicais. O governo de 1º de abril, impopular, e que se jacta de ser violento direitos humanos, rasgou sem vacilações nem escrúpulos os próprios compromissos internacionais que assumira solemnemente, como aqueles explicitos na Ata de Chapultepec.

### UM RAPIDO BALANÇO

As primeiras medidas do novo governo caracterizam desde logo a sua tendência reacionária. Foi decretada a intervenção e praticada imediatamente, a invasão e o arrombamento das sedes sindicais. Em algumas, os executores da medida praticaram verdadeira pilhagem dos bens dos sindicatos (Metalúrgicos da Guanabara, etc...). Os dirigentes foram destituídos e em grande número levados às masmorras civis e militares. Em seu lugar, o ministro Arnaldo Sussekind nomeou interventores ligados aos interesses patronais, a maior parte dos quais conhecida há muito dos sindicalizados por sua sistemática atitude de traição aos interesses das classes trabalhadoras; em outros casos os interventores eram estranhos aos meios sindicais.

Elementos ligados ao ministro e a seus delegados regionais por laços de amizade ou relações de parentesco, aparceram da noite para o dia como interventores, com a função específica de evitar qualquer manifestação de união de classe ou de vontade de luta dos operários.

Os operários afastaram-se dos organismos sindicais pois não tinham e não têm confiança em pessoas que estão a todo momento a hipotecar solidariedade a um governo que não demonstra possuir sequer sensibilidade ou respeito aos direitos humanos. Os dirigentes impostos aos organismos de classe não puderam, entretanto, frear de todo a disposição dos trabalhadores de lutar pela antecipação da revisão salarial e pelo aumento do salário. Os trabalhadores foram aos poucos, manifestando maior confiança na própria iniciativa. As cúpulas formadas de interventores obedientes aos novos senhores do poder apressaram-se em colaborar com o governo na solução do problema do aumento do salário mínimo. E o fizeram aceitando um índice de aumento abaixo de qualquer correspondência com o custo de vida.

Baseou-se o governo ao decretar o ridículo aumento, em dois pretextos: primeiro, a necessidade (inventada pelos reacionários da escola de Sr. Roberto Campos) de "controlar" a elevação do custo de vida pela "contenção" dos aumentos salariais, evitando, assim, a inflação; o segundo, no testemunho dos dados da Comissão de Política Salarial, os quais foram completamente falsificados e apresentados unicamente ao povo como reais.

Naquela oportunidade, o ministro encontrava-se em Genebra procura, va dar um impressão totalmente falsa do que se passava no país: Não conseguiu, porém, enganar os representantes das federações internacionais que se encontravam presentes e que rolveram enviar noções de solidariedade aos trabalhadores oprimidos Brasil interrompendo sua ingrata tarefa, teve de regressar rapidamente para apressar as cúpulas sindicais afim de que acatassem, sem protestos, os baixos índices de

aumentos do salário mínimo impostos pelo governo.

Os operários não puderam manifestar-se a não ser através de prudentes declarações. Registraram-se pouquíssimos casos de greve, logo abafada. A lei de greve do governo de 1º de abril torna impossível a deflagração de qualquer movimento, é uma obra a mais da universal hipocrisia que caracteriza os atos do governo, pois se constituiu muito mais numa lei restritiva, contrária à greve do que numa regulamentação desta. Em consequência dessa nova situação, os sindicatos voltarão a esvaziar-se, por não ser possível qualquer luta em prol da melhoria de suas condições de vida e de trabalho.

O aumento do salário mínimo decretado pelo governo constitui uma grande decepção para os que esperavam obter um índice que se aproximasse pelo menos, do aumento de custo de vida. E a constata das cúpulas sindicais, acobardado apressadamente as exigências governamentais se transformaram em mais uma prova do caráter ambíguo dos interventores, de sua infidelidade aos interesses das classes trabalhadoras e de seu oportunismo mal disimulado.

Se não bastasse essa manobra anti-popular, declaradamente hostil ao trabalhador, o Ministério teve ainda o requinte de baixar a Portaria 40, verdadeiro instrumento fascista, que ao existir uma declaração de fidelidade ao regime e se impor o critério da maioria absoluta para as eleições sindicais, revela a intenção de eliminar dos sindicatos qualquer sentido democrático.

Mas a decisão dos sindicalizados de restabelecer a autarquia dos seus direitos não desapareceu. Há dias o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo lavrou seu protesto contra os efeitos da Portaria 40 e se dispôs a convocar todos os demais trabalhadores sindicalizados a lutarem pelo restabelecimento da liberdade e da autonomia sindical.

## TRABALHADOR!

Utilize a assistência jurídica gratuita a cargo dos advogados socialistas

As quintas-feiras, das 18 às 20 horas na Praça

Carlos Gomes, 109 — Fone: 367825 e 339784



OUÇA NA MARCONI  
DAS 6 ÀS 6,30 DA  
MANHÃ O PROGRAMA  
"LARGANDO BRASIA"  
COM O VEREADOR  
DAVI LERER.

## BOLETIM DE ADESAO

NOME: .....

PROFISSAO: .....

ENDEREÇO: .....

Declaro querer ingressar no Partido Socialista Brasileiro e peço que me ponham em contacto com a secção mais próxima.

(Este boletim deverá retornar a sede do PSB, Praça Carlos Gomes, 109 — São Paulo — Capital)

# Auto Determinação Exige Unidade

Tanto quanto a reviravolta de abril de 64, a intervenção norte-americana em S. Domingos, delineou com maior clareza o caminho para a esquerda brasileira.

Embora sejam dois acontecimentos formalmente díspares marcam de modo incontestável a atitude adotada pelo imperialismo no tratamento dos problemas que surgem na sua área de domínio.

Assim, se o golpe de abril pôs a nu a inorganicidade da esquerda brasileira e a sua errônea estimativa da problemática interna, a invasão de S. Domingos pelos fuzileiros dos E.U.A. demonstrou que não é possível realizar uma política de transformações sociais, mesmo que internas, sem equacionar os fatores internacionais. Com o crescimento do campo socialista, o imperialismo como o prova sua ação nos dois casos, optou pela solução de forças, contrariando os princípios que teoricamente regem as relações entre as nações.

Para enfrentar essa opção dos E.E. U.U. é preciso empregar métodos compatíveis com sua natureza.

No que tange à consideração da problemática internacional, como elemento assegurador da auto-determinação dos povos, a conduta dos partidos de esquerdas tem sido infeliz.

Devido à sua dispersão e incapacidade de se fazer uma análise comum da política internacional temos em relação a ela duas posições clássicas: a dos comunistas, que levam em conta a ação prática do campo socialista e são por isso imediatamente acusados de caudatários de decisões articuladas fora do âmbito nacional; e a dos partidos ou grupamentos progressistas que se omitem perigosamente dessas considerações para evitar imputação semelhante e as conseqüentes sanções policiais.

Temos então um fator altamente progressista, como o desenvolvimento do campo socialista e da luta anti-colonial a desservir a unidade da revolução brasileira, devido principalmente à incompreensão entre as diversas correntes progressistas: embora, algumas inclusive, espousem a mesma ideologia.

Essa falta de unidade de ação e a ausência de um vocabulário comum das esquerdas brasileiras tem origem antes em sua adolescência ideológica do que em discrepâncias reais.

Seu baixo nível de compreensão da situação econômica-social do Brasil também responde em boa parte pela dispersão de esforços na ação prática, orientada geralmente em múltiplas direções.

O fato entretanto é que pelo menos os mais importantes grupamentos de esquerda não tem nenhuma justificativa válida teórica ou prática para divergir na sua ação.

Se na Europa a social-democracia muitas vezes traiu a revolução operária, ora aliando-se diretamente à burguesia ora criando ideologias reformistas que desviaram o ímpeto revolucionário do operariado para atividades reivindicatórias e conciliatórias, no Brasil o Partido Socialista mantém as melhores tradições de luta

Por outro lado a sua estreiteza internacional seria benéficamente alargada por um melhor entrosamento com os demais grupos. Tal perspectiva é condição básica entre outras coisas para o combate ao maior perigo que se avizinha da vida política internacional, ameaçador da paz na América Latina e no mundo: a nova figura de agressão que o imperialismo criou para justificar suas intervenções em países independentes e que chamou de "comunismo internacional".

Trata-se de um conceito sem contorno definido, empregado para englobar todos os movimentos de libertação nacional nos países subdesenvolvidos e que contrariam os interesses da política norte-americana.

E' portanto uma tentativa de criar um direito internacional de intervenção que evidentemente será foco de guerras locais, como nos casos do Vietnã e Congo, com sérias ameaças à paz mundial.

Curiosamente, deve-se observar que essa criação espírita do imperialismo — "o comunismo internacional" — funda-se no seu próprio método de ação internacional.

Os povos subdesenvolvidos não podem admitir como análogas à penetração agressiva imperialista que se faz, através de forças econômicas bem materializadas (bancos, empresas, contratos pressão militar), todas originárias do exterior e uma ideologia que como qualquer forma de pensamento é um patrimônio da humanidade e só se torna ação se os povos a adotam nacionalmente, através de atitudes que dizem respeito a si próprios.

A deliberada confusão que se procura criar entre internacionalismo proletário, isto é, o reconhecimento da existência de duas classes em qualquer país capitalista, e o internacionalismo do capital imperialista, isto é, a sua desnacionalização, no afã de melhor realizar lucros explorando os povos em que se aplica não tem o menor sentido concreto, representando mera mistificação da consciência colonial.

Embora extremamente frágeis e inconsistentes, estas tentativas de oficializar juridicamente o policiamento do mundo pelos Estados Unidos serão coarçadas de êxito ou pelo menos calarão fundo na opinião pública brasileira se não houver uma sistemática campanha esclarecedora, demolidora do chamado "delito de opinião" que foi introduzido pela porta dos fundos em todos os IPMS e acusações promovidas pela abrilada.

Na base desse pretenso delito está a necessidade da condenação de uma falsidade política hoje rotulada de "comunismo internacional".

Para isso e para as demais tarefas que se propõe ao movimento progressista brasileiro é necessária urgentemente a concatenação e de posições unitárias, o mínimo de programa comum para todas as forças que almejam um Brasil mais democrático, mais próspero e livre.

As circunstâncias históricas colocaram no Brasil neste momento, o Partido Socialista no centro dessa perspectiva unitária.